



Nota ABdC sobre processos de implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental

Municípios brasileiros têm vivido nos últimos meses a agenda da produção de currículos atendendo ao apelo da Undime em virtude da aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) da BNCC para o Ensino Fundamental.

Em meio ao processo de produção curricular, diferentes sujeitos e entidades públicas e privadas têm buscado atender ao apelo de responder à demanda de “novos” currículos para as escolas brasileiras. Pesquisadores e professores vêm sendo convidados como consultores na perspectiva de produzirem currículos alinhados à BNCC.

No dia 13 de julho de 2018, durante a 13ª Reunião Regional da Anped Sudeste em Campinas, pesquisadores reunidos em reunião da ABdC indicaram a necessidade de que se manifestasse a preocupação da entidade diante da possibilidade de, nesse momento, pesquisadores possam vir a atuar no processo de produção de currículos sem problematizar as implicações que determinados movimentos podem produzir no trabalho docente nas escolas.

A BNCC não tem o poder de exaurir as disputas no e do campo curricular, lócus privilegiado de disputas no qual diferentes saberes e vivências se colocam frente às prescrições. Por isso, a ABdC entende que a pretensão de padronização e fixação de identidades e projetos constituem o vício insanável da BNCC e aposta nas possibilidades de negociações para superação dessa proposta centralizadora.

Recomendamos a promoção de ações junto aos professores nos diferentes cursos de licenciatura e nas secretarias municipais de educação como estratégia de discussão crítica a este cenário. Entendemos que é momento de intensificar o debate sobre currículos fortalecendo a perspectiva de produção local - na linha da campanha “Aqui já

tem currículo” (parceria ANPEd/ABdC) -, a autonomia e a autoria de professores, estudantes e escolas para que assumam o protagonismo em desafio à BNCC.

Consideramos que a atuação de pesquisadores e formadores de professores pode politizar o processo que a BNCC põe em curso negligenciando toda uma vasta produção de conhecimento acumulada há mais de 40 anos no campo curricular, ao mesmo tempo em que omite do debate o fracasso de experiências internacionais análogas. Será importante permanecer questionando a busca por unificação curricular, representada pela BNCC, compreendendo-a como uma acentuação do controle sobre as escolas e sobre a formação de professores, bem como uma recusa da produção de uma agenda política sensível a anseios históricos da escola.

Mais que isso, será fundamental encorajar escolas e professores a realçarem a educação que realizam para além da previsibilidade e da padronização requeridas pela BNCC. Apoiar a expressão do pluralismo e da produção da diferença nas formas de pensar e de realizar a educação, já e sempre em curso nas escolas, como dimensões inerradicáveis do educar poderá significar a assunção de uma perspectiva democrática de educação frente à Base.

Esta recomendação, portanto, longe de afiançar o cenário de restrições interposto pela BNCC, visa asseverar sua falência no fortalecimento das escolas como locus das políticas. Que o posicionamento militante nos mantenha atuantes na produção de políticas que, por almejarem educar (e a boa qualidade da educação), prescindam da prescrição e se permitam forjar currículos, na consideração da alteridade imprevisível e inventiva que constitui o que pode ser chamado de Educação.

Redação da nota: comissão indicada na Reunião Anual da Anped Sudeste, formada pelos professores Teodoro Zanardi (PUC-MG), Rosanne Dias (UERJ) e Érika Virgilio Cunha (UFMT).